A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

Transição do fumo para cultivos agroecológicos

Panorama da cadeia da fumicultura

Diversificação Produtiva

Alternativas ao cultivo de tabaco

vol. 4

COLEÇÃO

Saber na Prática

Diversificação Produtiva

Alternativas ao cultivo de tabaco

CEPAGRO

Florianópolis, 2013

ISBN 978-85-67297-04-0

Este trabalho está licenciado sob a Licença
Atribuição-NãoComercial 3.0 Brasil da Creative Commons.
Para ver uma cópia desta licença, visite
http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/br/

Coleção Saber na Prática

Conselho Editorial (Volume 4 – Diversificação Produtiva)
Charles Onassis Peres Lamb, Marcelo Farias,
Natal João Magnanti, Oscar José Rover

Coordenação Editorial
Fernando Angeoletto

Redação e edição
Ana Carolina Dionísio e Fernando Angeoletto

Design gráfico
Jonatha Jünge

Fotografia
Fernando Angeoletto e acervo Cepagro

Produção
Florimage Serviços Gráficos

Apoio
Interamerican Foundation (IAF)

CEPAGRO
Centro de Estudos e Promoção
da Agricultura de Grupo
www.cepagro.org.br
cepagro@cepagro.org.br
+55 (48) 3334-3176
Florianópolis, SC - Brasil

Coordenação geral
Charles Onassis Peres Lamb

Coordenação do eixo urbano
Marcos José de Abreu

Coordenação do eixo rural
Marcelo Farias

COLEÇÃO

Saber na Prática

VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

Esta coleção apresenta a sistematização de metodologias adotadas pelo Cepagro em seu trabalho de organização popular, dirigido a famílias em comunidades rurais e urbanas do Litoral Catarinense, Grande Florianópolis e Alto Vale do Itajaí. A coleção é focada nas ações a partir de 2006, quando foram firmados os convênios com a IAF (Fundação Interamericana) e outros parceiros de cooperações internacionais e entes públicos.

O fortalecimento do Cepagro foi notável neste período, sobretudo como articulador do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia. Somos um importante nó desta Rede, que representa mais de 3.000 famílias agricultoras em todo o Sul do Brasil. Além disto, e com igual destaque, foi neste intervalo de 7 anos que os trabalhos com Agricultura Urbana tornaram-se um reconhecido eixo de atuação da entidade.

Área de atuação do Cepago

Dividida em 4 volumes, a coleção Saber na Prática: Vivências em Agroeocologia é um registro histórico e metodológico que visa auxiliar outras organizações a replicarem as ações apresentadas - levando em conta o que há de afinidades e diferenças entre as realidades, sempre no sentido de adotar técnicas sustentáveis de Agricultura e Gestão de Resíduos Orgânicos.

Diversificação Produtiva

Alternativas ao cultivo de tabaco

No Brasil, a cadeia produtiva da fumicultura tem sua base em pequenas propriedades com tamanho médio de 16 hectares, onde aproximadamente 165 mil famílias, somente na região Sul, concentram seus esforços em produzir um bom tabaco que hoje posiciona o país como maior exportador mundial. Outras 20 mil famílias dedicam-se à atividade na região Nordeste. É destas pequenas unidades produtivas que sai a segunda maior produção mundial de tabaco, que atingiu 745 mil toneladas na safra 2011/2012.

Servindo de alicerce a uma indústria controversa, que embora reforce uma pseudo-imagem de defensora da sustentabilidade é sabidamente uma das que mais provoca mortes no planeta, esses agricultores familiares são seduzidos pelo financiamento de infraestrutura e mercado garantido, mas no fiel da balança as perdas em saúde e mesmo econômicas são as consequências reais a que a maioria das famílias está sujeita.

Este volume traz uma síntese do funcionamento do sistema integrado da fumicultura, alavancado por gigantes corporações transnacionais, e a as medidas preventivas mundiais articuladas pelas nações que reconhecem a sua histórica e potencial ameaça à saúde humana. No contexto das ações nacionais de diversificação em áreas de tabaco, são apresentados exemplos bem sucedidos em áreas de atuação do Cepagro, localizadas no território do Alto Vale do Itajaí e tendo como paradigma a conversão para sistemas agroecológicos de produção.

Sumário

Fumicultura no Brasil uma cadeia de exploração e dependência **6**

O ônus social e ambiental na produção de tabaco 8

Reféns do "Sistema Integrado", agricultores querem mudar mas não enxergam alternativas 11

Um tratado mundial, as ações nacionais e caminhos seguros para ex-fumicultores 15

Os primeiros passos da transição agroecológica em propriedades Catarinenses 18

A inserção na Rede Ecovida e as estratégias em grupo 22

Do PAA ao Box de Produtos agroecológicos, ampliam-se os canais de comercialização 29

Referências Bibliográficas **32**

A fumicultura demanda mão de obra intensiva, geralmente envolvendo toda a família. Levando em conta a carga horária e o número de pessoas em dedicação exclusiva, o balanço financeiro geralmente é bastante desfavorável ao pequeno agricultor

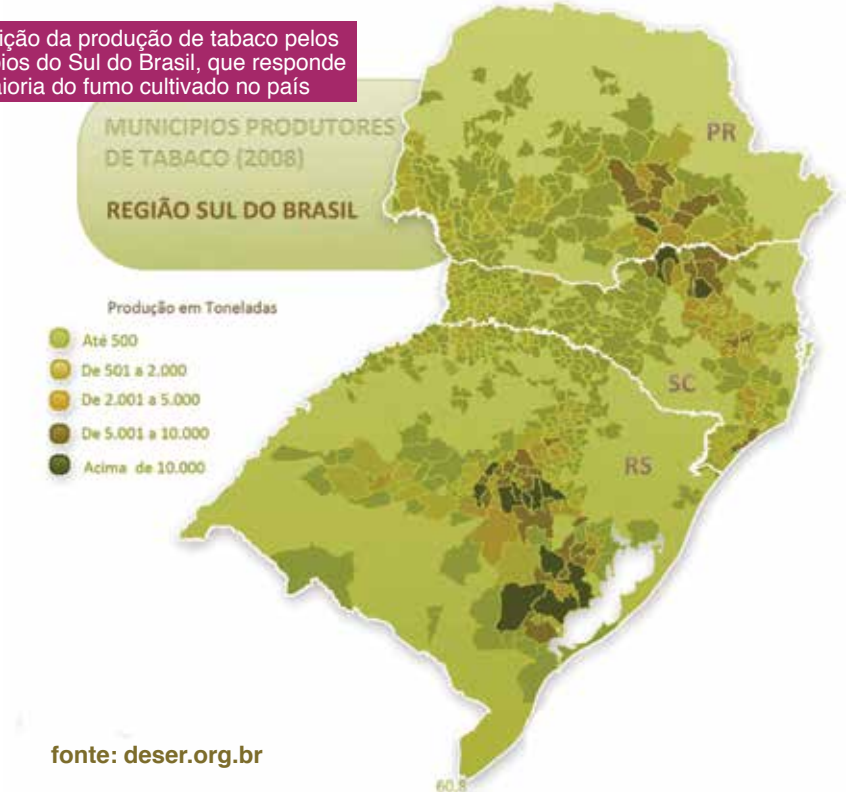
Fumicultura no Brasil
uma cadeia de exploração e dependência

"A minha vida sempre foi no fumo. Trabalhava desde criança com o pai. Depois casei e continuei." Criado na lavoura do tabaco junto com seus 12 irmãos, Alcides Vill chegou a ter 60 mil pés de fumo em sua propriedade, na localidade de Rio Veado, município de Nova Trento. Sua família era mais uma dentre outras 55 mil que ainda se dedicam à fumicultura só em Santa Catarina.

Apesar do consumo de cigarros no Brasil ter caído pela metade nos últimos 20 anos – hoje cerca de 15,5% da população é fumante, contra 32% em 1989 – a produção nacional de tabaco não diminuiu na mesma proporção. Isso porque mais de 85% dela é dirigida para o mercado externo, colocando **o Brasil como o maior exportador mundial de fumo**, liderança lamentavelmente mantida desde 1993.

As favoráveis condições de clima e solo para o cultivo do tabaco e o baixo custo da mão de obra rural, somados a incentivos para a instalação de indústrias processadoras, contribuem para que o Brasil siga no topo do ranking da produção e exportação de fumo no mundo.

Distribuição da produção de tabaco pelos municípios do Sul do Brasil, que responde pela maioria do fumo cultivado no país



fonte: deser.org.br

Do plantio à entrega das folhas prontas para o processamento, o ciclo produtivo do tabaco dura cerca de 10 meses. O período de trabalho mais intenso é de dezembro a março, correspondente às fases de colheita e secagem das folhas. Como o cultivo é realizado principalmente em pequenas propriedades (às vezes arrendadas) por agricultores familiares, o aumento da demanda por mão de obra nestes meses faz com que vários membros da família tenham que **enfrentar extensas jornadas de trabalho nos campos, estufas e paióis de fumo**, inclusive à noite. Como recorda Alcides Vill, "no fumo, é o serão que mata o freguês. Quando chega a colheita é 24 horas. Se não tá colhendo, tá amarrando, cuidando da estufa. É dia e noite".

Tanta dedicação nem sempre tem a remuneração esperada: descontados os custos de produção, a **grande maioria dos fumicultores têm uma renda mensal inferior a um salário mínimo, e muitos entram na safra posterior já endividados.** Foi o que aconteceu com um dos irmãos de Alcides, que também trabalhava na fumicultura, o Sr. Antonio Will: "No último ano que nós cultivamos fumo, quando fomos fazer as contas pra fechar o ano nós tínhamos tirado 100 reais por mês por pessoa que tinha trabalhado na safra. Nem a prestação do trator no banco nós conseguimos pagar".

O ônus social e ambiental na produção de tabaco

Analisando os Índices de Desenvolvimento Humano (que abarcam expectativa de vida, taxa de alfabetização, frequência escolar e renda per capta) das regiões produtoras de fumo do Sul do Brasil, observa-se que estes são mais baixos do que as médias estaduais, apontando para o fato de que produzir tabaco não traz retornos positivos nem para as famílias em particular nem para os territórios em geral.

A excessiva demanda por mão de obra com baixo retorno financeiro e possível endividamento são somente alguns dos aspectos que fazem da fumicultura uma atividade desgastante para o agricultor. Ainda que melhoramentos genéticos promovidos pela indústria fumageira tenham diminuido a necessidade do uso de agrotóxicos durante o cultivo, da preparação dos canteiros até a colheita ainda são pulverizados diversos tipos de inseticidas, herbicidas e fungicidas. A maioria dos trabalhadores rurais não utiliza EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequadamente, ficando mais suscetíveis às **contaminações**, que podem acarretar desde alergias até câncer.

Mesmo com seu histórico de melhoramento genético, o cultivo de fumo ainda é dependente de uma elevada carga de agrotóxicos, que expõe os agricultores a conseqüências que vão de alergias a câncer

O manuseio das folhas de tabaco durante a colheita provoca fortes intoxicações de nicotina nos agricultores, uma moléstia conhecida popularmente como "porre do fumo". O princípio ativo é hidrosolúvel e passível de absorção pela pele, causando efeito crônico em situações de maior umidade

Além disso, o manuseio das folhas pode causar a **Doença da Folha Verde**, conhecida também como "porre do fumo": intoxicação aguda decorrente da absorção da nicotina pela pele, trazendo sintomas como enjoo, náuseas, perda do apetite e do sono. A impregnação é maior quando as plantas estão molhadas ou as mãos úmidas de suor, o que é comum durante a colheita, realizada nos meses mais quentes do ano. Calcula-se que, depois de um dia em contato com as folhas, o agricultor pode ficar exposto a até 54 miligramas de nicotina, como se ele tivesse fumado 36 cigarros. "Chegava à noite e tinha que amarrar o fumo, às vezes tinha que deixar minha esposa sozinha amarrando fumo e ia pra casa tomar banho e dormir. E nem dormia, porque ficava vomitando verde. Era aquele porre de fumo. Tinha enjoo, tontura, cegueira, suor frio, tremedeira", recorda outro ex-fumicultor, o Sr. Gilmar Cognacco, de Leoberto Leal (SC).

Aos danos à saude dos produtores somam-se **ônus ambientais**, começando pela contaminação do solo e de cursos de água advinda do uso de agrotóxicos e adubos sintéticos, além do descarte inadequado das embalagens durante o plantio. Após a colheita, são necessários dezenas de metros cúbicos de lenha para manter acesas as estufas de secagem das folhas, implicando no desmatamento da cobertura vegetal nativa das propriedades ou no avanço do plantio de eucalipto, espécies exóticas que desequilibram os ecossistemas locais.

A este quadro de prejuízos sociais e ambientais contrastam-se os lucros das empresas fumageiras, que não param de crescer, mesmo com a queda no consumo interno de cigarros. Dominando mais da metade do mercado brasileiro, a Souza Cruz, por exemplo, teve um lucro de R$ 1,6 bilhão em 2011, valor já 10% maior do que no ano anterior. A empresa, pertencente à multinacional British American Tobacco, controla, junto com a Philip Morris (outra multinacional), grande parte da cadeia produtiva do tabaco no Brasil e no mundo.

A indústria tabagista é onerosa também para o Estado brasileiro, apesar da supostamente alta arrecadação de impostos sobre os cigarros. Estes somaram R$ 6 bilhões aos cofres públicos em 2011, mas, por outro lado, foram gastos outros R$ 21 bilhões com o tratamento de 15 tipos de doenças relacionadas ao tabaco.

A secagem das folhas em estufas consome grandes estoques de lenha, obtidas de mata nativa ou reflorestamento por espécies exóticas. Em ambos os casos, o passivo ambiental é alarmante

Reféns do "Sistema Integrado", agricultores querem mudar mas não enxergam alternativas

"A gente até pensa em abandonar o tabaco, mas por aqui a única opção de renda é essa. Mas seria bom sair do veneno". Plantando fumo há 18 anos, Osni Tholl possui 53 mil pés de tabaco em sua propriedade, na localidade de Boiteuxburgo, no município de Major Gercino. Seu desejo de abandonar a produção de fumo se soma a de outros tantos "produtores integrados" que compreendem que, no balanço das contas da cadeia produtiva do tabaco, eles são os principais deficitários.

Uma pesquisa com mais de mil produtores realizada pelo DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) apontou que 73% deles gostariam de abandonar a fumicultura, seja pela sua baixa rentabilidade, altos danos à saúde ou excessiva carga de trabalho.

Mas assim como os fumantes são dependentes do cigarro, os agricultores também vivem uma relação de dependência com as fumageiras. Este ciclo é articulado pelo sistema integrado, em que as corporações do tabaco fornecem insumos e orientação técnica para os pequenos produtores, que contratam assim a obrigação de cultivar matéria prima exclusivamente para elas.

O pacote oferecido pela indústria fumageira traz uma falsa sensação de segurança ao agricultor integrado, sujeito a dificuldades como falta de acesso a mercados consumidores de produtos alimentícios

Da assistência técnica ao transporte, o aparato da cadeia de integração torna os agricultores altamente especializados na atividade, do cultivo à cura do fumo

Instalado no Brasil em 1918 pela British American Tobacco, que já havia comprado a Souza Cruz, o sistema foi sendo aperfeiçoado ao longo de quase 100 anos e hoje proporciona condições dificilmente encontradas em outra cadeia produtiva. A fumicultura chega num pacote pronto para o agricultor: a empresa oferece assistência técnica durante todas as etapas da produção; define as variedades de sementes e agrotóxicos que serão utilizados; financia a compra de insumos e construção de estrutura física (estufas e galpões) e, principalmente, compra e transporta toda a colheita dentro do período de vigência do contrato firmado entre as partes.

Esta suposta garantia de mercado conferida pela indústria continua sendo, para muitas famílias, a principal justificativa para seguir cultivando tabaco. Vivendo geralmente em localidades distantes dos centros consumidores, estes agricultores deparam-se com dificuldades como o acesso a mercados para comercialização de alimentos, e continuam acreditando, como Osni, que a fumicultura é a única possibilidade de geração de renda. A segurança do sistema integrado envolve, contudo, o cumprimento de cláusulas contratuais que nem sempre beneficiam os agricultores, como a obrigatoriedade de vender todo o fumo colhido para a fumageira, restringindo suas possibilidades de negociação.

O contrato especifica várias condições de produção: o tipo de fumo (Virgínia, Burley ou Comum), variedades de sementes, tamanho da área de plantio, a estimativa de quantos pés a serem cultivados e a quantidade de tabaco a ser entregue. O preço da compra, entretanto, não é preestabelecido.

Isso porque a classificação das folhas também fica a cargo da indústria, que possui uma lista com dezenas de categorias de qualidade do tabaco, com preços variados, que também oscilam de acordo com os estoques da empresa. O agricultor só sabe em quais categorias a sua produção entrou depois que ela chega à indústria de processamento. Se for de uma qualidade menor do que o esperado, ele não tem como negociar, pois já se comprometeu a vender toda a sua safra.

A depreciação dos produtos praticada pelas fumageiras faz com que muitas famílias entrem na próxima safra já endividadas. Era o que acontecia com Gilmar Cognacco, que chegou a ter 180 mil pés de fumo em sua propriedade: "As fumageiras vêm aqui e fazem uma proposta pra ti plantar fumo e te faz o financiamento da semente pra pagar em 5 anos. No primeiro ano tu te sai bem, no segundo começa a ir mal, aí quando chega no quinto ano tem que renovar o contrato com elas por mais 5 anos, fica amarrado com elas e não consegue sair mais", afirma.

Em 2006, no entanto, a família resolveu abandonar a fumicultura. Sete anos depois, a decisão deles continua tendo sucesso. Um dos passos essenciais foi entrar em contato com mais agricultores, associações e cooperativas para conhecer experiências de diversificação produtiva através de intercâmbios promovidos pelo Cepagro, contrariando a lógica de individualização e desarticulação do agricultor em que se baseia o sistema integrado.

Mesmo zelando pela qualidade do produto, o fumicultor não sabe ao certo quanto receberá pelo seu trabalho até a chegada dos fardos de fumo nos galpões da indústria

O ex-fumicultor Gilmar Cognacco apostou na diversificação agroecológica como opção de vida, estimulou a permanência dos filhos na propriedade e melhorou a renda da família

Um tratado mundial, as ações nacionais e caminhos seguros para ex-fumicultores

Responsável pela morte de 6 milhões de pessoas anualmente, o tabagismo é tratado como uma epidemia global pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A OMS diferencia a dependência do tabaco de outras doenças pela sua forma de contágio, que não é por um vírus ou uma bactéria, mas pela indústria fumageira e suas estratégias de mercado, desde a integração de produtores ao aliciamento de novos consumidores, principalmente nos países em desenvolvimento.

Para um problema de proporções mundiais, são necessárias soluções globais. Foi reconhecendo a interdependência entre nações para que medidas de controle e combate ao tabagismo sejam efetivas que 192 países membros da OMS passaram a discutir, a partir de 1999, a construção do primeiro tratado de saúde pública internacional: a **Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).** O texto, finalizado em 2003 e ratificado (aprovado pelas instâncias legislativas) no Brasil em 2005, articula um grupo de ações que têm o objetivo de reduzir as consequências sociais, ambientais, sanitárias e econômicas da produção e consumo do tabaco. Para assessorar o governo brasileiro na negociação e implementação dos termos do tratado, foi criada uma Comissão com 18 representações de ministérios e agências reguladoras, a Conicq.

Exemplo de campanha publicitária no contexto das ações da Convenção Quadro, destacando as estratégias de estímulo ao consumo na propaganda da indústria fumageira

As principais medidas da CQCT podem ser classificadas em dois eixos: um focado na **redução da demanda** – abarcando questões relacionadas a preços e impostos, propaganda e divulgação de informações sobre produtos de tabaco – e outro na **diminuição da oferta,** que envolve o comércio ilícito de cigarros, a venda para menores de idade e o apoio a atividades econômicas alternativas para os trabalhadores que dependem da indústria do fumo. Este último item afeta diretamente as famílias fumicultoras, já que a queda do consumo de cigarros impactará a demanda de produção a longo prazo.

O jovem Geovane Cognacco (dir.), em foto de 2008, trabalhando numa das primeiras safras de alimentos agroecológicos no sítio onde antes só havia fumo...

Mas como afirma Dra. Tânia Cavalcante, secretária-executiva da Conicq, "a Convenção busca salvaguardas para quem produz, não simplesmente a proibição". Dentre as alternativas econômicas mencionadas pelo artigo 17 da Convenção-Quadro, a diversificação produtiva figura como um dos caminhos para quebrar a cadeia de subordinação dos fumicultores com a indústria do tabaco. Através de políticas públicas promotoras de intercâmbios, capacitação, assistência técnica e acesso a mercados, os agricultores têm a opção de ampliar suas fontes de renda, diminuindo gradualmente sua dependência em relação à fumicultura, até que possam garantir sua qualidade de vida fora do sistema integrado de produção das fumageiras.

A consolidação de alternativas econômicas à fumicultura estimula também a permanência dos jovens no campo. Um deles é o filho mais velho de Gilmar Cognacco, o ex-fumicultor de Leoberto Leal. Quando tinha apenas 14 anos, com a safra de 180 mil pés de tabaco já semeado, Geovane propôs à família parar de plantar fumo. O pai, endividado, num primeiro momento não concordou - mas gradativamente foi incorporando alternativas que, acima de tudo, significavam manter o filho no campo, já que o rapaz deixava claro que não não mais se submeteria às penosidades do cultivo de fumo.

... e em Brasília, ao lado do Ministro da Saúde Alexandre Padilha, divulgando o suco de uvas produzidas por ele e sua família durante um seminário nacional sobre diversificação em áreas cultivadas com tabaco (outubro de 2012)

Sete anos depois, Geovane continua na propriedade, que hoje tem uma produção altamente diversificada de frutas, verduras, oelrícolas, tubérculos e leite. “Agora plantando alimento vou ficar aqui ajudando o pai. Vamos seguir em frente”, afirma o jovem Cognacco, que no momento reforma uma antiga casinha de madeira para consumar a união com sua noiva, cujos pais ainda plantam fumo. “Ainda vou convencê-los que é possível parar”, vislumbra Geovane, seguro do caminho agroecológico trilhado por ele e sua família.

Os primeiros passos da transição agroecológica em propriedades Catarinenses

Dentre as ações que integram a Política Nacional de Controle do Tabaco, desenvolvida como contrapartida do Brasil enquanto signatário da CQCT, está o **Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco**, coordenado pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Baseado em parcerias do MDA com organizações governamentais e não governamentais e empresas de assistência técnica e extensão rural, o Programa busca fomentar processos produtivos que representem uma alternativa à fumicultura, pautados por princípios de desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e redução do uso de agrotóxicos.

O Cepagro vem desde 2006 desenvolvendo projetos no âmbito do Programa. Uma das primeiras iniciativas de diversificação foi voltada à produção de leite a base de pasto agroecológico junto com Grupo de Pastoreio Voisin (GPVoisin), núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Catarina que trabalha com esta metodologia de manejo ecológico de pastagens. À época, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Wagner (SC) contribuiu para a articulação local do projeto, que abrangia os municípios de Alfredo Wagner, Leoberto Leal, Angelina, Imbuia, Major Gercino, Rancho Queimado e Nova Trento, onde a fumicultura ainda é vista como única alternativa econômica por muitos agricultores.

No sistema Voisin, a área de pastagem é dividida em parcelas, chamadas piquetes. A cada dia o gado vai ocupando diferentes piquetes, possibilitando um período de descanso para o solo e a vegetação e garantindo forragem sempre fresca para os animais. Além de melhorar a qualidade da alimentação, a rotação de piquetes também contribui para diminuir a contaminação por parasitas como carrapatos e moscas. Os benefícios da adoção deste sistema vão desde o aumento da produção de leite à maior conservação do pasto, passando pela redução dos custos produtivos, pois diminuem os gastos com medicação veterinária, por exemplo.

As etapas de implantação dos primeiros projetos-piloto compreendiam um processo de sensibilização na comunidade e estímulo à criação de grupos

A racionalização de pastagens agroecológicas pelo método do Pastoreio Voisin foi uma ferramenta importante para o início da conversão agroecológica em propriedades do território

de suporte, valorizando práticas cooperativas e associativas. Após realizar inventários e levantamentos planimétricos (mapeamento do perímetro da propriedade e das estruturas presentes nela, como construções, nascentes e bosques), o GPVoisin elaborou as propostas, que foram implantadas com acompanhamento técnico do Cepagro, que também promoveu intercâmbios em que os fumicultores puderam conhecer outras propriedades em que a diversificação já era realidade.

Um dos participantes destas dinâmicas de grupo foi Gilmar Cognacco, que vislumbrou na produção de leite agroecológico uma alternativa à fumicultura, viável tanto do ponto de vista econômico quanto operacional. "Já tínhamos umas 20 cabeças de gado na propriedade. A partir de 2006, quando começamos a trabalhar com o sistema Voisin, a otimização da pastagem possibilitou que o rebanho chegasse a 70 cabeças", lembra o agricultor. Foi a partir daí que a família Cognacco começou a consolidar seu horizonte de transição plena do cultivo de tabaco para a agroecologia.

A individualização dos agricultores sujeitos ao sistema integrado impossibilita seu contato com outras iniciativas produtivas, levando-o a acreditar que não existem alternativas de renda. O caso de Gilmar Cognacco é um exemplo: trabalhando na lavoura de tabaco desde os 11 anos e vivendo

em uma comunidade de difícil acesso, por muito tempo ele acreditou que não era possível abandonar este cultivo. Através de um intercâmbio promovido pelo Cepagro, ele pôde conhecer outras propriedades onde a diversificação já era realidade. “Antes de conhecer as outras alternativas ninguém teria coragem de parar de plantar fumo, porque a gente tinha dívida pra pagar. Tinha trator financiado, terra em prestação pra pagar”, conta o agricultor.

É exatamente através da **participação em atividades integradoras** como intercâmbios, encontros técnico-formativos e oficinas que os agricultores conseguem perceber alternativas para além não só da fumicultura, mas da própria produção convencional de alimentos. Organizados em grupos articulados em rede, com assistência técnica de entidades como o Cepagro, os agricultores conseguem ter o suporte que substitui a pretensa segurança do sistema integrado das fumageiras. “Com a chegada do Cepagro é que começamos a criar grupo. Antes trabalhávamos individualmente. Hoje estamos aqui, reunidos em grupo, estamos dentro de uma cooperativa”, lembra o agricultor Antônio Will.

A união na busca de alternativas é fundamental. Na foto de 2010, um seminário na região de Leoberto Leal apresentou aos fumicultores interessados na transição as possibilidades de compras institucionais para alimentação escolar municipal

A inserção na Rede Ecovida e as estratégias em grupo

Na sua metodologia de extensão rural o Cepagro sempre procura, portanto, **identificar processos produtivos, organizativos e de comercialização locais.** Caso estes ainda não estejam consolidados, é fomentada a estruturação de grupos de agroecologia ligados à Rede Ecovida, cujo objetivo não é apenas a certificação dos produtos, mas o desenvolvimento de dinâmicas de controle social que promovem **trocas de experiências e informações** que capacitam os agricultores sobre o manejo agroecológico das propriedades e dos canais de comercialização. "Através da nossa rede de conversas é que a gente sabe das tendências do mercado, faz planejamento da venda e produção. Não adianta ficar isolado. Sempre foi estratégia da Rede trabalhar em grupo, porque em grupo somos mais fortes", explica Marcelo Farias, coordenador rural do Cepagro.

Comitê de verificação do Núcleo Litoral Catarinense visita uma propriedade para certificação agroecológica, onde antes se plantava fumo. Uma vez ligado à Rede Ecovida, os agricultores familiares multiplicam seus potenciais no enfretamento de obstáculos comuns a todos

As **reuniões dos grupos de agroecologia** são peças fundamentais da assistência técnica no período da transição. Ali são identificadas demandas dos agricultores, que muitas vezes não têm nenhuma orientação sobre o cultivo agroecológico de alimentos. O diagnóstico destas limitações pauta a agenda de **encontros formativos,** que servem também como atividades de intercâmbio, realizados a cada mês em uma propriedade diferente do grupo. Os temas estão baseados no roteiro das visitas de verificação do processo de certificação participativa da Rede Ecovida, capacitando os agricultores em conhecimentos como compostagem, insumos e barreiras contra a contaminação de cultivos convencionais. Se o agricultor opta por solicitar a certificação participativa da Rede Ecovida, começa então a elaborar o plano de manejo da conversão para a agroecologia, que registrará ano a ano a evolução da propriedade rumo à ecologização completa.

O processo de assistência técnica e extensão rural é complementado com um trabalho sobre os **canais e redes de comercialização** que o agricultor pode acessar. Na busca de alternativas à fumicultura, a agroecologia representa não só um novo paradigma produtivo, mas também de organização dos agricultores familiares.

A adoção do Pastoreio Voisin foi só o primeiro passo da família Cognacco rumo à diversificação. Em sua propriedade, 4 hectares estavam cultivados com 180 mil pés de tabaco até 2006 - incluindo uma área de fumo orgânico, iniciativa que a família tomou em 2004 e que, apesar do não uso de agrotóxico, ainda os mantinha atrelados às fumageiras. Quando começaram a trabalhar com o gado leiteiro, reduziram a plantação de fumo para 100 mil pés.

Em meio ao tabaco orgânico a família levantou parreirais, que hoje ocupam 3 hectares da propriedade e produzem cerca de 10 toneladas de uva agroecológica por ano. Parte desta produção é vendida para a agroindústria de sucos do Sr. Augustinho Will, irmão de Alcides e Antônio, ex-fumicultores de Nova Trento.

Em 2006, através das ações de extensão rural do Cepagro no âmbito do Programa de Diversificação do MDA e com apoio da IAF, foi articulado o Grupo Raízes do Futuro da Rede Ecovida de Agroecologia.

Propriedade de Gilmar Cognacoo no terceiro ano da conversão agroecológica, com plantios variados nos corredores dos parreirais

O engajamento da família na Rede para buscar a certificação participativa dos produtos foi decisivo para continuar trabalhando pela diversificação produtiva e ecologização plena da propriedade. A participação em cursos, intercâmbios e oficinas ligados à Ecovida com assistência técnica do Cepagro instrumentalizou os ex-fumicultores com ferramentas para o manejo agroecológico da unidade produtiva. Gilmar aprendeu, por exemplo, que poderia compostar o estrume do gado junto com palha e restos de poda para gerar fertilizante orgânico. "Todo o adubo usado na propriedade é produzido aqui. A gente já tem a rotina de a cada 15 dias fazer o composto", explica.

Enquanto reduzia o cultivo de tabaco para 60 mil pés, a família aumentava a produção de alimentos agroecológicos. Nos corredores dos parreirais plantaram batata, rabanete e cebola. Investiram também na fruticultura, produzindo pêssego, laranja, ameixa e maracujá, que hoje ocupam 4 hectares da propriedade, além de hortaliças, como alface, couve e brócolis. Em 2010 os Cognacco colheram a última safra de tabaco, recebendo também a certificação participativa dos produtos pela Rede Ecovida de Agroecologia.

O financiamento de um caminhão com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 2010 foi fundamental para Gilmar conseguir escoar sua produção e de outros dois vizinhos. A articulação com outros agricultores e a integração ao **Circuito de Comercialização da Rede Ecovida** resultou na implantação de uma Feira de Produtos Orgânicos na Igreja Matriz da cidade de Brusque, uma das maiores da região do Vale do Itajaí, a 110 km de Leoberto Leal.

Todas as terças-feiras, desde maio de 2011, os consumidores locais têm à disposição uma grande variedade de frutas, verduras, legumes e processados como doces, conservas, sucos, farinhas e queijos, todos agroecológicos. Os produtos são oriundos de pelo menos 10 municípios dos três estados do Sul. Gilmar recolhe alguns itens nas propriedades do Alto Vale do Itajaí e do Planalto Serrano Catarinense, enquanto outros são trazidos da Grande Florianópolis. Quando volta para Leoberto Leal, Gilmar transporta produtos para a alimentação escolar dos municípios próximos.

A feira de Brusque reúne outros ex-fumicultores da região, como o Sr. Jair Scheidt, do município de Imbuia, onde predominam as culturas do tabaco e da cebola convencional, com intenso uso de agrotóxicos. A esposa de Jair, Rainilda, afirma que a família decidiu abandonar tanto a fumicultura quanto o cultivo convencional de cebola por questões de saúde. Além disso, "Plantar pra não comer, e virar fumaça, não tem graça, né?", diz Jair. A família iniciou o processo de transição para a diversificação agroecológica

em 2008, buscando também a certificação participativa da Rede Ecovida com a mediação e assistência técnica do Cepagro: "Eu comecei com isso por incentivo dos técnicos, no começo a gente não acreditava na conversa deles. Mas teve um empurrãozinho e agora estamos aqui", lembra. O certificado de conformidade orgânica veio em 2011, quando a propriedade já estava 100% ecologizada. Agora, toda 2ª feira eles entregam sua produção de cebola, feijão, batata doce e aipim para Gilmar levar à feira de Brusque.

Os Will, de Nova Trento, também marcam presença na feira, com o suco produzido na agroindústria de Augustinho. Estruturar uma agroindústria de conservas e geleias foi a maneira que a família encontrou para desvencilhar-se da fumicultura. O primeiro a tomar a iniciativa foi Antônio, ainda no fim dos anos 90. Quando o Cepagro começou a desenvolver ações na região em 2006, a família entrou para a Rede Ecovida de Agroecologia, buscando aprimorar seus conhecimentos de agroecologia e a certificação das agroindústrias de Antonio e Augustinho e da produção de legumes e hortaliças de Alcides.

Para Antônio, os intercâmbios e encontros técnico-formativos promovidos pelo Cepagro e a integração à Rede Ecovida de Agroecologia deram mais segurança para a família continuar empreendendo na diversificação. Os irmãos Will receberam seu Certificado de Conformidade Orgânica da Rede Ecovida em março de 2013, diante das câmeras de uma grande emissora de TV nacional, que naquele

A feira agroecológica do município de Brusque é uma realização coletiva na consolidação de processos de transição da fumicultura

momento gravavam uma reportagem sobre a diversificação produtiva em áreas cultivadas com tabaco. Num discurso nada ensaiado, Alcides expôs sua satisfação em ter abandonado a produção de tabaco pela de alimentos: "De uma coisa nós temos certeza agora: de que estamos produzindo saúde".

Gilmar Cognacco também comemora a transição completa da fumicultura para a agroecologia. "A propriedade está 100% mais verde, antes era muito veneno", avalia. Além de não ter mais que lidar com agrotóxicos e as folhas de tabaco, Gilmar assumiu uma nova rotina de trabalho, muito mais integrada com outros produtores: "A gente antes se dobrava na roça com o fumo a semana inteira, era cuidar do fogo da estufa e do fumo. Hoje a gente está dois dias por semana na estrada, recolhendo e trazendo produtos pra feira de Brusque, outros dias estamos nas reuniões do nosso grupo e do Núcleo".

Através do seu trabalho na Rede Ecovida de Agroecologia – fazendo o manejo agroecológico das propriedades e integrando circuitos de comercialização – Gilmar, Jair e os irmãos Will tornaram-se referência em sua região. Agora são eles que recebem grupos de famílias que desejam conhecer as alternativas à fumicultura. "Começamos a trabalhar em grupo, e vieram famílias de outros municípios nos visitar. Como está dando certo, hoje tem muitas famílias do grupo trabalhando junto com a gente, na diversificação do fumo", conta Gilmar Cognacco.

Agricultores reúnem-se para articulações de comercialização em rede, logo após a inauguração do box de produtos agroecológicos na Ceasa/SC, em março de 2013

Do PAA ao Box de Produtos agroecológicos, ampliam-se os canais de comercialização

Quando começaram a fazer a feira em Brusque, Gilmar e seu grupo estavam cumprindo objetivos centrais do movimento agroecológico, como aproximar produtores e consumidores e oferecer alimentos saudáveis a preços justos. Em março de 2013, outra porta foi aberta para a consolidação destes princípios: a do Box 721 da Ceasa da Grande Florianópolis, o único no local destinado exclusivamente à comercialização de produtos agroecológicos.

A abertura do espaço foi resultado de dois anos de esforços conjuntos entre o Cepagro e o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf) da UFSC, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A inclusão de novos produtores que desejam sair da fumicultura é uma das principais metas do Box, segundo o coordenador geral do Cepagro Charles Lamb, pois **aumenta as opções de escoamento da produção agroecológica.**

Elder Guedes, representante do MDA em Santa Catarina, concorda: "A implementação do Box atende a diversas demandas da diversificação em áreas de tabaco, como a articulação de mercados e a consolidação de espaços coletivos de comercialização". Ele ressalta que, para o fumicultor, a agroecologia sinaliza uma perspectiva de cultivo com valor agregado, por isso é um caminho viável para a substituição do tabaco. "Diminuir a participação de intermediários através da estruturação da comercialização em rede agrega mais valor ainda ao produto", completa, lembrando que "a conquista deste espaço é um mérito da Rede Ecovida".

O Box da Ceasa integra o **Circuito de Comercialização da Rede Ecovida,** que funciona desde 2006 baseado em sete estações e dez subestações de distribuição de produtos, integrando feiras, cooperativas e associações de agricultores e consumidores. As organizações que participam do sistema devem fazer parte da Rede Ecovida e ter sua produção certificada. Cada região vende e também compra produtos de outra, possibilitando o incremento de variedade nas feiras, que as torna mais atrativas aos consumidores.

Mapa de Rotas

do circuito de comercialização da Rede Ecovida

Rota 01

Lages - São Paulo

Lages
Bom Retiro
Alfredo Wagner
Florianópolis
São Paulo

Rota 02

Erechim - Curitiba

Erechim
Três Arroios
União da Vitória
Porto União
São Mateus do Sul
Lapa
Curitiba

Rota 03

Passo Fundo - Ipê

Passo Fundo
Lagoa Vermelha
Vacaria
Ipê

Rota 04

Torres - Ipê

Torres
Porto Alegre
Caxias
Ipê

Rota 05

Lages - Ipê

Lages
Monte Alegre dos Campos
Ipê

Rota 06

Barra do Turvo - Curitiba

Barra do Turvo
Adrianópolis
Curitiba

Rota 07

Bocaiúva do Sul - Curitiba

Cerro Azul
Castro
Morretes

Rota 08

Jesuítas - Curitiba

Formosa do Oeste
Nova Aurora
Iracema do Oeste
Assis Chateaubriand
Palotina

Através do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida, possibilita-se a complementaridade de produtos entre as regiões, favorecendo o abastecimento de feiras e mercados institucionais

O Cepagro tem articulado várias iniciativas no sentido de conectar agricultores familiares a potenciais mercados. Um exemplo recente, em parceria com o Lacaf e o Centro Vianei de Educação Popular (organização não-governamental de Lages/SC), foi a realização de um **Seminário Estadual sobre a modalidade Compras Institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),** em agosto de 2013. Reunindo membros de sindicatos, cooperativas e de núcleos da Rede Ecovida com representantes de prefeituras, órgãos públicos e do Ministério do Desenvolvimento Social, o evento teve o objetivo de articular ofertas e demandas na perspectiva das compras públicas, além de explicar o funcionamento do PAA. Dali surgiram possibilidades de mercado como a manifestada pela UFSC, que serve cerca de 10 mil refeições diárias e tem aumentado gradativamente a inclusão de matérias-primas orgânicas em seus cardápios.

Atualmente, a Lei 11.947 determina que pelo menos 30% da alimentação escolar seja procedente da agricultura familiar, mas ainda são necessários esforços para que seja efetivamente cumprida e assim aumentar a participação de agricultores familiares que acessam o PAA, que em Santa Catarina representam apenas 8% dos produtores rurais. Conforme avalia Hétel Leepkaln dos Santos, que representou a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS no evento, "as compras institucionais continuam sendo uma oportunidade para que agricultura familiar não fique refém de sistemas como a fumicultura, podendo acessar novos mercados".

ENTENDENDO MELHOR O PAA

Instituído em julho de 2003, com a Lei 10.696, o PAA faz parte das ações do Fome Zero para promoção da segurança alimentar e abastecimento de universidades, hospitais, presídios e órgãos públicos, além de Bancos de Alimentos e Restaurante Populares, comprando alimentos exclusivamente de agricultores familiares, sem licitação. Em 2012, mais de 190 mil famílias agricultoras venderam produtos para o Programa. Os agricultores podem participar individualmente ou através de cooperativas ou associações, mas devem sempre estar enquadrados no Pronaf. O documento de identificação de agricultor familiar é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP): é através dela que o governo controla quanto está comprando de cada unidade produtiva. No caso do PAA, o limite de vendas é de até R$ 8 mil reais anuais por DAP. Outra modalidade de compras públicas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para quem o agricultor também pode vender até R$ 20 mil reais por DAP. As demandas de compras através destes programas são expostas em chamadas públicas, das quais os agricultores nem sempre estão inteirados. "Por isso é importante que esta família busque primeiro uma organização que possa ajudá-la, como a Rede Ecovida", afirma Hétel Leepkaln dos Santos.

Referências bibliográficas

SÍTIOS DE INTERNET

Aliança de Controle do Tabagismo / ACTBr - actbr.org.br
Associação dos Fumicultores do Brasil - www.afubra.com.br
Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais / Deser - www.deser.org.br
Instituto Nacional do Câncer / Inca - www.inca.gov.br
Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco www.sindifumo.com.br

A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos.** Curitiba: Terra de Direitos, 2005,168P. Disponível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf, acesso 15 ago. 2013.

ARAUJO, Claudio Marcelo Garcia. **A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina.** Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

AS-PTA. **O canto da sereia da fumicultura.** Disponível em http://antigo.aspta.org.br/programa-paraiba/parceiros--locais/o-canto-da-sereia-da-fumicultura-empresas-atraem-familias-agricultoras-com-promessas-de-altos-ganhos--mas-omitem-consequencias-ambientais-sociais-e-para-a-saude/, acesso 15 ago. 2013.

BOEIRA, Sergio Luis. **Indústria de Tabaco e Cidadania: Confronto entre Redes Organizacionais.** Revista de Administração de Empresas. Vol. 46, nº3, jul/set 2006. São Paulo: FGV, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rae/v46n3/v46n3a04.pdf, acesso 15 ago. 2013.

BONATO, Amadeu; ZOTTI, Cleimary; ANGELIS, Thiago. Tabaco. **Da Produção ao Consumo: Uma cadeia de dependência.** Curitiba: DESER, ACT-BR, 2010. Disponível em http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco--Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf, acesso 15 ago. 2013.

CAETANO, Rodrigo. **O segredo da Souza Cruz.** IstoÉ Negócios, 12 abr. 2013. Disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/116519_O+SEGREDO+DA+SOUZA+CRUZ, acesso 15 ago. 2013.

CONVENÇÃO quadro para o controle do tabaco. Disponível em www.inca.gov.br, acesso 15 ago. 2013.

DESER, ACT-BR. **Cadeia Produtiva do Fumo.** Boletim Especial Deser-ACT, dezembro de 2009. Disponível em http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=151, acesso 15 ago. 2013.

DESER. **A indústria do tabaco: informações e reflexões necessárias.** Boletim eletrônico nº8, fevereiro 2013. Disponível em http://www.deser.org.br/adm/ver.asp?id=63, acesso 15 ago. 2013.

FIGUEIREDO, Andrei. **Programa de diversificação de lavouras de tabaco nas encostas da serra geral: atividades e potencialidades**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Agronomia, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em http://www.tcc.cca.ufsc.br/agronomia/ragr052.pdf, acesso 15 ago. 2013.

FOLHA DE S. PAULO. **Estudo mostra queda no índice de fumantes no país.** Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u112487.shtml, acesso 15 ago. 2013.

GPVoisin-UFSC. **Rev. Bras. de Agroecologia**/out. 2007 Vol.2 No.2, p. 342. Disponível em http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/2940, acesso 15 ago. 2013.

GREGOLIN, Adriana. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

NASCIMENTO et all. **Substituição da cultura do fumo pela produção agroecológica de leite na agricultura familiar catarinense: uma parceria entre agricultores,** Cepagro

PERES, João. **O passivo do fumante começa na roça.** Rede Brasil Atual, 4 abr. 2013. Disponível em http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/61/o-passivo-do-fumante-comeca-na-roca/, acesso 15 ago. 2013.

PERES, João. **Por trás de cada cigarro, fumicultura esconde violações ambientais e de direitos.** Rede Brasil Atual, 7 jun. 2013. Disponível em http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/05/por-tras-de-cada-cigarro-dezenas-de--violacoes, acesso 15 ago. 2013.

REVISTA VEJA. **OMS: cigarro causa seis milhões de mortes ao ano.** Disponível em http://veja.abril.com.br/noticia/saude/oms-cigarro-causa-seis-milhoes-de-mortes-ao-ano, acesso 15 ago. 2013.

SANTÂNGELO, Caio César Ferrari. **Setor de saúde pública versus Indústria do Tabaco: confronto ideológico entre organização mundial de saúde e British American Tobacco/Souza Cruz.** Universidade do Vale do Itajaí, Dissertação, Curso de Mestrado Acadêmico em Administração. Biguaçu: Univali, 2010. Disponível em http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=857, acesso 15 ago. 2013.

COLEÇÃO

Saber na Prática

VIVÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

A produção de tabaco é uma realidade para quase 200 mil famílias de agricultores em todo o Brasil, a maioria concentrada na região Sul. A integração com a indústria fumageira é tida por muitos como a única solução produtiva, em vista das facilidades de crédito e compra garantida, frente a obstáculos como distância dos mercados consumidores e pouco conhecimento de alternativas.

Gradativamente a insatisfação dos fumicultores, sujeitos a moléstias como a doença da folha verde e à exploração pelo mercado do fumo, encontra esperança em processos continuados de construção de alternativas, tendo como paradigma a agroecologia.

CEPAGRO

INTER-AMERICAN FOUNDATION · 1969 ·

ISBN 978-85-67297-04-0